

REDES DE ATENÇÃO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA
EM TERRITÓRIO: O PAPEL DA ESCOLA EM
SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E DE ABUSO
SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES
COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Debora Martins Silva
Flávia Faissal de Souza

Vemos, atualmente na mídia, uma enormidade de notícias que tratam de casos de violência sofrida por crianças e adolescentes. Estudos sobre essa temática também apontam um aumento de registros de violência contra crianças e adolescentes (CRUZ; ALBUQUERQUE, 2013). Não distante, estão, também, os casos contra crianças e adolescentes com deficiência, casos normalmente mais silenciados, os quais devemos promover o enfrentamento (SANTOS; IPPOLITO, 2011).

Silva (2002) afirma que o abuso e a violência sexual contra qualquer criança impacta negativamente o seu crescimento, acarretando transtornos e uma visão às vezes estereotipada por parte delas sobre os seus direitos e sobre os seus sentimentos em relação à vida sexual. A autora relata que a violência sexual: “[...] é uma doença contagiosa e como tal, provoca feridas que não cicatrizam nem no corpo nem na mente daqueles que foram contaminados, tanto como oprimido quanto como opressor” (SILVA, 2002, p. 85).

Essa situação agrava-se quando quem sofre a violência são crianças ou adolescentes com deficiência intelectual. Estas sofrem diferentes e diversas formas de abuso e violência sexual. Em muitos casos, são excluídas

da vida sexual, outras convencidas a tomar medidas radicais como a esterilização. Não raramente, as denúncias sobre abuso e violência contra esse público também informam que, na maioria das vezes, os agressores são pessoas próximas: familiares, amigos, vizinhos, entre outros que participam da vida social dos jovens (PFEIFFER, 2006; GLAT; FREITAS, 2009; CAVALCANTE; BASTOS, 2013).

Atualmente, no Brasil, temos como estratégia para o enfrentamento dessas situações de violências as redes de atenção e prevenção à violência em território. Uma das estratégias que vem sendo proposta em âmbito nacional são as redes de atenção e prevenção à violência, que se organizam a partir de ações intersetoriais, tais como: saúde, educação, assistência social, justiça, entre outros. A rede de proteção é responsabilidade de todos nós e exige um trabalho em conjunto. Sendo composta por: serviços de saúde, assistência social, educação, conselho tutelar, segurança pública, ministério público, justiça e entidades da sociedade civil (igrejas, ONGs etc.). Um dos principais objetivos desses órgãos é o acolhimento e o apoio à criança violentada e à sua família, bem como o esclarecimento e as informações dadas à criança e à família (BRASIL, 2010).

Os profissionais da educação são peças fundamentais no processo de notificação e descoberta se perceberem que algo de errado esteja acontecendo com algum aluno seu, pois a escola atua em parceria com os outros órgãos que atuam com equipes multidisciplinares, operando em comum acordo, também trabalhando dentro do currículo educacional para esclarecimento de dúvidas dos seus alunos. Quando falamos de criança com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, o trabalho da rede deve ser articulado ao atendimento educacional especializado (BRASIL, 2009).

Depois do primeiro contato dessa equipe multidisciplinar, de ouvir a criança, bem como a sua família, e fazer o levantamento necessário do caso, há a anotação em uma notificação, que seria um registro do acontecimento, o qual deve ser preenchido pela equipe de saúde que realizou o atendimento. Em seguida, deve-se comunicar o caso ao conselho tutelar da forma mais ágil possível, principalmente nos casos de maior gravidade. A notificação não é uma denuncia e sim um instrumento para proteger crianças e adolescentes da situação de violência (BRASIL, 2010).

Segundo Santos e Ippolito (2011, p. 160), ao tratarem da rede de proteção e atenção a pessoas em situação de violência no território, atualmente no Brasil, o “[...] movimento social defende o fortalecimento das ações em rede e reivindica a sua implantação o mais rápido possível”. De acordo com esses autores, nos últimos anos, tal fato tem se intensificado, sobretudo, a partir da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), pois as redes de proteção devem trabalhar em conjunto para proteção de nossas crianças e adolescentes.

Dada essa realidade, neste texto, trataremos da temática violência sexual sofrida por crianças e adolescentes com deficiência intelectual. Nossa pesquisa foi desenvolvida junto a seis professores de dois municípios, a saber: Belford Roxo e Nova Iguaçu, ambos situados na Baixada Fluminense, estado do Rio de Janeiro. Para coleta dos dados, aplicamos um questionário composto por seis questões acerca da violência aos educandos atendidos pela aquela instituição de ensino. Vale salientar que, em acordo com a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, optamos por entrevistar professores de sala de aula comum, que atuam junto a alunos com deficiência intelectual.

Ao articular as redes de proteção com as narrativas de professores das redes públicas de ensino de Nova Iguaçu e Belford Roxo, organizamos este texto em seis categorias, a saber: redes de proteção, experiências com as redes de atenção e prevenção, relatos, violência e o papel da escola. Tais categorias foram elencadas a partir do estudo do Guia Escolar: identificação de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (SANTOS; IPPOLITO, 2011), e a partir das narrativas analisadas dos professores que participaram desta pesquisa.

A seguir, apresentamos os resultados de nossa investigação. Fazemos esse levantamento para discutir, debater e refletir sobre o tema, ainda pouco presente nos cursos de formação de professores, mas tão necessário, pois está presente constantemente no sistema escolar.

REDES DE PROTEÇÃO: ATENÇÃO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO

Consideramos que hoje temos, no Brasil, estratégias importantes no que tange à formação e ao funcionamento das redes de proteção

à pessoa em situação de violência em território, conforme já relatamos. Contudo, conhecendo as condições de vida da maioria do povo brasileiro, tivemos interesse em saber como as redes de proteção organizam-se nos municípios estudados, a partir da percepção e do conhecimento dos professores. O olhar desses profissionais sobre essa questão é-nos de grande importância, posto que, muitas vezes, a denúncia da violência é relatada a eles ou, até mesmo, percebida por eles, que lidam no dia a dia com as crianças e com os adolescentes. Foi sobre essa temática que primeiro indagamos aos professores da rede de ensino de Belford Roxo e Nova Iguaçu. Na entrevista, eles nos informaram:

[...] não. Quase não há conhecimento na unidade escolar referente às redes de proteção às crianças e aos adolescentes. Não temos conhecimentos em relação a sua ação e parceria com as escolas (Entrevista realizada em maio de 2014 com uma professora do município de Belford Roxo).

[...] não, pois se torna difícil cumpri-la com competência, tendo em vista a proporção imputada a elas (Entrevista realizada em maio de 2014 com uma professora do município de Nova Iguaçu).

Como podemos depreender das falas mencionadas, os educadores apresentam percepções parecidas sobre a rede de proteção à violência que atende as crianças e aos adolescentes. Outro aspecto que fica evidente nesses relatos é a falta de informação no que tange às redes de proteção, pois observamos que não existe diálogo entre os setores que as compõem. As professoras desconhecem a parceria dos órgãos da rede de proteção e, ao que tudo indica, pela fala das professoras, não há a construção de parceria pelas redes. A nosso ver, essa parceria que estrutura e fortalece a rede é fundamental para ampliar a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, sobretudo, no que diz respeito ao tema da violência e do abuso sexual.

Embora tenhamos uma proposta de rede de proteção e atenção à violência em território, é possível afirmarmos, a partir das falas das professoras, que, ao menos nesses municípios, a sua estruturação e o seu fortalecimento no território é um desafio a ser perseguido. Vale ainda informar que não encontramos dados que tracem procedimentos específicos em relação a crianças e adolescentes com deficiência em situação de violência e abuso sexual.

EXPERIÊNCIA COM AS REDES DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO A VIOLÊNCIA SEXUAL

Nesse tópico, exploraremos as experiências dos professores entrevistados em relação à rede de atenção e proteção à violência sexual. Para tal, analisaremos os relatos dos professores frente às estratégias para a prevenção fora ou dentro da escola.

A proposta que se apresenta aqui é de conhecer o que os entrevistados veem como experiência positiva ou negativa em relação ao tema, ao analisarmos, em seus relatos, qual o papel da escola onde esses professores estão lotados - sua relação com a rede de proteção. Para Carvalho (2007), tal aspecto é fundamental na garantia dos direitos humanos, suas palavras são ilustrativas a esse respeito:

[...] a ampliação do caráter democrático de uma sociedade depende de uma cultura de respeito e promoção de condutas guiadas pelos valores pautados nos direitos humanos e, para essa transformação, a melhoria da ação educativa é fundamental. (CARVALHO, 2007, p. 35).

Tendo como ponto de partida a afirmação dessa citação e os relatos dos entrevistados, verificamos que, para alguns, há menos experiências positivas e mais relatos negativos quanto à relação e à ação das redes de proteção nas unidades escolares pesquisadas. Vejamos o que os entrevistados relataram:

[...] o debate na escola, pauta num descaso dessas redes. No momento em que a escola precisou da efetiva participação de alguma rede, não se viu prestigiada. Marcou vários encontros (palestras) e não foi atendida (Entrevista realizada em maio de 2014 com uma professora do município de Nova Iguaçu).

[...] somente remeto-me a uma experiência. E esta foi positiva. Estabeleceu-se uma parceria a escola e o Conselho Tutelar para uma palestra em uma reunião de responsáveis (Entrevista realizada em maio de 2014 com uma professora do município de Nova Iguaçu).

A partir dessas narrativas, podemos afirmar que as ações das redes de proteção precisam ser mais efetivas junto à rede escolar de ensino. Sabemos que existem esforços para propagar as informações quanto às

redes de proteção sanando as dúvidas que os profissionais tenham sobre violência. Fazendo um trabalho em equipe, observamos nos depoimentos apresentados que, em alguns lugares, há preocupação quanto à informação para os profissionais que atuam com as crianças - se houverem professores informados, conseqüentemente os alunos também serão. Já, em outros locais, as ações e os esforços não têm se concretizado, tornando-se uma experiência negativa.

AÇÕES PARA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Neste tópico, abordaremos questões relativas às ações de prevenção que a escola tem desenvolvido em função do combate à violência. Buscamos significar aqui que ações a escola tem desenvolvido para propagar informações de prevenção da violência e do abuso sexual.

Sobre o abuso e a violência sofridos pelas pessoas com deficiência, vale lembrar que, na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2009), em seu artigo 16, observamos a preocupação para com a prevenção:

Os Estados Partes também tomarão todas as medidas apropriadas para prevenir todas as formas de exploração, violência e abuso, assegurando, entre outras coisas, formas apropriadas de atendimento e apoio que levem em conta o gênero e a idade das pessoas com deficiência e de seus familiares e atendentes, inclusive mediante a provisão de informação e educação sobre a maneira de evitar, reconhecer e denunciar casos de exploração, violência e abuso. Os Estados Partes assegurarão que os serviços de proteção levem em conta a idade, o gênero e a deficiência das pessoas. (BRASIL, 2009, p. 3).

Embora, conforme explicitamos, não haja estratégia específica junto a crianças e adolescentes com deficiência intelectual, de certa forma, em acordo com esse documento, nas narrativas dos professores, verificamos que nas escolas pesquisadas existem propostas de ações que visam debater sobre essa temática. Vejamos a seguir:

[...] projetos que trabalham questões relacionadas à violência e exploração. Esses temas são constantemente trabalhados na unidade escolar. Esse ano o projeto tem como título: *Enfrentamento à violência e exploração sexual infante juvenil* (Entrevista realizada em maio de 2014 com uma professora do município de Belford Roxo).

[...] acompanhamento do controle de faltas e evasão escolar, orientação de responsáveis que precisem de encaminhamentos para serviços sociais e/ou saúde (Entrevista realizada em maio de 2014 com uma professora do município de Nova Iguaçu).

A partir do exposto, podemos considerar que há uma preocupação, ao menos por parte dos entrevistados, em desenvolver ações para a prevenção de qualquer tipo de violência, principalmente o abuso e a exploração sexual.

Em tempos atuais, há grande preocupação com relação à temática, em face das facilidades encontradas por meio da tecnologia e de outros meios de comunicação. Cabe mencionar que a tecnologia não é o motivo principal para tais acontecimentos, mas tem grande influência quanto à violência sexual no tempo presente (SANTOS; IPPOLITO, 2011).

RELATOS DE COMO A COMUNIDADE ESCOLAR PROCEDE NOS CASOS DE VIOLÊNCIA

Nos casos de abuso sexual, o papel do educador e/ou responsáveis por estabelecimento de ensino não termina com a notificação. Embora muitas vezes o Conselho Tutelar esteja junto com a vítima nos procedimentos de registro da ocorrência, mesmo nos serviços de atendimento é importante que o educador acompanhe o caso para garantir que a vítima receba atendimento digno. (SANTOS; IPPOLITO, 2011, p. 155).

O papel do professor, assim, não é só de perceber e denunciar, o professor tem um papel político também de garantir os direitos daquele que foi agredido, de fazer ouvir aquele que foi invadido e violentado, pois as marcas psicológicas daquela criança ou adolescente que sofre qualquer tipo de violência são dores da alma, cicatrizes que o/a acompanharão para o resto de sua vida. Nos relatos trazidos pelos professores, vemos que eles realmente preocupam-se com seus alunos:

[...] os profissionais da unidade escolar, principalmente os professores que atuam direto com o aluno, procuram sempre observar a mudança de comportamento dos alunos. Caso haja um comportamento suspeito, sondamos como o(a) próprio(a) aluno(a) e a família a mudança de comportamento, caso os maus-tratos ou abuso sejam confirmados os órgãos competentes devem ser acionados, nesse caso conforme o ECA

nos artigos 13 e 56, o conselho tutelar deve ser acionado (Entrevista realizada em maio de 2014 com uma professora do município de Belford Roxo).

[...] escola organiza-se para uma “conversa” com a família (como o intuito de “investigar” o fato). Caso a conversa confirme as suspeitas um relatório é encaminhado à SEMED (Entrevista realizada em maio de 2014 com uma professora do município de Nova Iguaçu).

Podemos apreender nos relatos que esses professores têm a consciência política e social impregnadas em si, trazem consigo a consciência de que podem ajudar e fazer o possível para auxiliar no enfrentamento daquela agressão sofrida por seu alunado. O papel do professor na descoberta da violência é importante, assim como é, quando necessário, denunciar o abusador ou agressor.

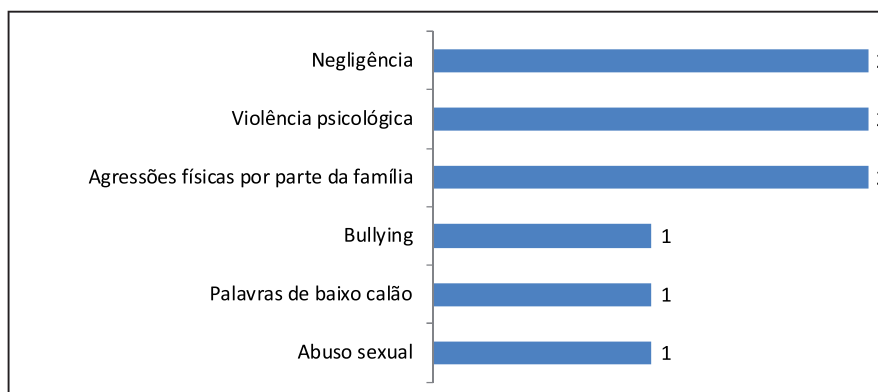
Como já analisado aqui, nas redes de proteção, o professor é parte importante, atuando junto aos órgãos de proteção à criança e ao adolescente. Sendo o professor certo “embaixador” do aluno atendido, bem como seu defensor frente ao ato cometido.

DIFERENTES FORMAS DE VIOLÊNCIA SOFRIDA POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Para além do abuso e violência sexual, há outros tipos de violência que acometem, comumente, crianças e adolescentes. Trazemo-las aqui a fim de ilustrar as condições de vida de muitas crianças, não diferenciando os dados em relação às crianças e aos adolescentes com deficiência.

Os professores apontaram muitos tipos de violência que ocorrem entre seus alunos, porém os docentes de sala de aula comum mostraram que os tipos de violência mais observados por eles, em relação a todos os seus alunos, são aqueles relacionados à violência física e, também, sexual. O gráfico a seguir mostra os tipos de violências que mais apareceram na entrevista com os sujeitos (a quantidade descrita no gráfico 1 são quantos professores citaram a tal violência).

Gráfico 1 – Tipos de violências relatadas pelos professores



Fonte: elaboração própria.

Os relatos são intrigantes, pois cada dia mais alunos são maltratados. Observamos isso no relato das professoras:

[...] a agressão verbal. Palavras ditas à criança que denigrem sua imagem e que ela reproduz dentro da sala de aula com os colegas. A agressão física. Praticada geralmente por alguém com quem a criança mantém vínculo. São beliscões, queimaduras de cigarro, puxões de orelha, entre outros. Recordo-me de um caso mais grave, em que a mãe esquentava uma colher e ia fazendo queimaduras pelo corpo da filha até ela responder tudo o que a mãe queria saber. E a violência sexual que, na maioria das vezes, é praticada pelos padrastos, irmãos e pelos próprios pais das crianças. Lembro-me de um caso gravíssimo em que a avó paterna nos proibiu de entregar o neto de 6 anos ao pai, pois este já havia violentado o menino com penetração anal. (Entrevista realizada em maio de 2014 com uma orientadora educacional do município de Nova Iguaçu).

[...] durante esses dois anos em que estou na unidade, presenciei casos de negligência onde crianças recebem quase ou nenhum acompanhamento da família em relação à sua higiene pessoal, caso de enfermidade sem acompanhamento médico e violência psicológica (crianças tratadas como “coisa” e sendo diminuídas com expressões tais como “burras” e “não presta para nada”). Essas são as violências mais comuns vindas da família e entre os alunos o bullying. (Entrevista realizada em maio de 2014 com uma professora do município de Belford Roxo).

Podemos observar nesses relatos que casos de violência nas escolas são frequentes. Cada sujeito relatou diferentes abusos. As análises apontam

que temos de fazer algo como escola e educadores que somos em prol do combate à violência física e ao abuso sexual. Como já discutimos anteriormente, entendemos que o professor tem papel fundamental para propagar informações e agir corretamente quando confirmado o caso de agressão.

O PAPEL DA ESCOLA NA REDE DE ATENÇÃO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Sabemos que o professor sozinho não pode fazer muita coisa, pois ele é submetido às ações de uma rede de ensino, é um servidor público e precisa cumprir com sua função. Contudo, a escola tem papel fundamental para prevenir e promover a proteção de seus educandos, fazendo o que estiver a seu alcance para abordar assuntos ligados à violência, como o intuito de preparar seus professores que atuam diretamente com os alunos e de informar seus alunos. Santos e Ippolito comentam:

Prevenir significa potencializar todas as condições individuais, familiares e sociais que protegem crianças e adolescentes para dificultar o abuso sexual. Para ser eficaz, a prevenção deve acontecer em um contexto familiar e escolar em que os responsáveis sejam capazes de escutar esses sujeitos e de atender às suas necessidades nas diferentes etapas de seu desenvolvimento. (SANTOS; IPPOLITO 2011, p. 196).

O papel da escola, junto à comunidade e seus alunos, tem grande importância no enfrentamento e na prevenção da violência, como observamos na afirmação anterior. Escola, comunidade e pais têm de estar dispostos a ouvir esses sujeitos que foram violentados, que relatam que consigo está acontecendo algo de errado. Observamos, na afirmação das professoras, que a escola é imprescindível quanto a essas questões:

[...] o papel da escola é muito importante, pois, através de conversas e palestras, ela aproxima tanto a criança quanto o aluno. Tudo com o objetivo de transmitir segurança para que eles confiem na escola, se sintam à vontade em contar seus problemas e não permitam que tais violências continuem acontecendo. O papel da Orientação Educacional e do professor é de grande importância nesses casos. O que torna esses casos difíceis de serem denunciados pelas vítimas é que normalmente os agressores são também seus cuidadores, pessoas com as quais a vítima mantém uma relação de sentimento também se tornam seus agressores, e, assim, fica confuso para a criança que acaba se calando.

(Entrevista realizada em maio de 2014 com uma orientadora educacional do município de Nova Iguaçu).

[...] a escola tem a função de trabalhar e discutir essas questões para que os alunos tenham consciência da forma pela qual eles não podem ser tratados, sendo capaz de identificar o que se caracteriza como abuso, levar os alunos a ter consciência de seus direitos, encorajar a denúncia de maus tratos e abuso, levar os alunos a ter consciência de seus direitos, da forma que desse tratar e respeitar o próximo, garantindo o cultivo de uma cultura de paz e respeito. (Entrevista realizada em maio de 2014 com uma professora do município de Belford Roxo).

Como afirmado por essa professora, os alunos com deficiência intelectual devem ter a percepção de observar a forma que não devem ser tratados. Isso parte de ações que a escola deve promover e das temáticas a serem discutidas, para prevenir a violência e o abuso sexual. É com atitudes e informações simples que os alunos podem se conscientizar de que uma pessoa “mais forte” ou “mais poderosa” esteja praticando algo errado com ela (SILVA, 2002).

A prática de abordar assuntos delicados em uma instituição de ensino não é tarefa fácil. Assim como suspeitar de algo e tratar de certo assunto com a criança ou com seus familiares também não é tarefa simples, porém temos de nos conscientizar que ações, atos políticos e disponibilidade para ouvir alguém se fazem necessários, pois, no seio da escola, temos convivido com práticas vexatórias e ações que machucam a alma, deixando dores e cicatrizes que não se fecham e, muitas vezes, não se curam (SANTOS; IPPOLITO, 2011).

Como profissionais da Educação, devemos estar sempre atentos para fazer a nossa parte e o que for possível para enfrentar temas dessa natureza na perspectiva dos direitos humanos. As redes de proteção, a ação dos docentes que atuam com as crianças e adolescentes é importante na aceitação e no fortalecimento de práticas de enfrentamento da violência sexual (CARVALHO, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos trazidos pelos professores são enriquecedores e fazem-nos ver que ações simples são de extrema importância para nosso alunado, bem como o papel da escola de fortalecer-se e motivar a cada dia o profissional que está em contato direto com os que querem ser ouvidos, que querem um pouquinho de atenção. Calcados por ações políticas e pedagógicas fortalecemos nossa prática, acreditando em um futuro melhor sem violência por parte daqueles que deveriam proteger aqueles que sofrem processos históricos de exclusão de direitos devido à condição da deficiência.

Assim como observamos que os professores, a escola e as redes de proteção devem agir para promover a proteção das crianças e adolescentes nos tempos atuais, devemos conscientizar também nossa população, pois todos temos responsabilidade em caráter de ajudar o próximo. Nos dias atuais, todos devem ter consciência política e social em virtude de todos os envolvidos no processo educativo.

Para finalizar, não poderíamos deixar de discutir essas categorias de análise direcionadas para as pessoas com deficiência intelectual. Nossos dados mostraram que os relatos apresentados pelos entrevistados foram relativos a toda criança e adolescente, seja ela/ele com deficiência ou não. Se focarmos naqueles com deficiência, o que muda é a forma do enfrentamento e da “descoberta”, pois muitos sujeitos com deficiência intelectual têm dificuldades para compreender o abuso, confundindo-o com formas de tratamento e até como uma forma de carinho do agressor (GLAT; FREITAS, 2009).

As implicações psicológicas são ainda mais perversas, pois os sujeitos enfrentam maiores dificuldades para lidar com as sequelas. Além disso, pelo fato dos inúmeros mitos, preconceitos e estigmas ainda presentes em nossa sociedade sobre as capacidades, desejos e possibilidades dessas pessoas, nem sempre os abusos são verificados e identificados, sobretudo quando eles acontecem dentro de casa, cometidos por familiares e/ou pessoas próximas (CRUZ; ALBUQUERQUE, 2013).

Nessa direção, nosso estudo indica que os investimentos sejam ampliados e direcionados para prevenir práticas de abuso e violência contra esses sujeitos de forma a atender as indicações da Convenção sobre

os Direitos das Pessoas com Deficiência, conhecida como Declaração da ONU, a qual foi incorporada como emenda constitucional em nosso país.

Outro aspecto que merece destaque, ainda nessa direção, é fomentar práticas que desenvolvam e capacitem as pessoas com deficiência intelectual a fazerem as suas escolhas, sejam elas consideradas simples, como escolher as roupas que querem vestir e o que querem comer, até as opções sexuais. Isto é, faz-se importante dar voz e vez a esses sujeitos, ouvir o que eles têm a dizer sobre si e suas escolhas. Tal aspecto parece-nos central se quisermos uma educação na perspectiva dos direitos humanos. Como dizem as convenções internacionais e nacionais ou como dizia nosso eterno Paulo Freire: “uma educação libertadora”.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 agosto de 2009. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Seção 1, n.163, p.3.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Seção 1, nº135, p.13563.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Linha de cuidado para atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência*. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violências.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2015.
- CARVALHO, J. S. Direitos humanos e educação. Educação e direitos humanos: formação de professores e práticas escolares. In: BRASIL. *Ética e cidadania: construindo valores na escola e sociedade*. Brasília, DF: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2007.
- CAVALCANTE, F.G., BASTOS, O.M. Pessoas com deficiência e necessidades especiais e situações de violência. In: KATHIE, N.; GONÇALVES, S.; CONSTANTINO, P. *Impactos da violência na saúde*. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2013.
- CRUZ, V.; ALBUQUERQUE, C.P. Maus-tratos em crianças e adolescentes com deficiência e/ou perturbações do desenvolvimento. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.19, n.1, p.9-24, 2013.
- GLAT, R.; FREITAS, R.C. *Sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema*. 3.ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

PEFFEIFER, L. Portadores de deficiências e de necessidades especiais duplamente vítimas de violências e discriminações. In: LIMA, C.A. *Violência faz mal à saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.

SANTOS, B.R.; IPPOLITO, R. *Guia escolar*: identificação de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Seropédica: EDUR, 2011.

SILVA, L. M. P. *Violência doméstica contra a criança e o adolescente*. Recife: EDUPE, 2002.